

Do confronto à cooperação

GUILHERME AFIF DOMINGOS

Estou convencido de que os melhores intérpretes da bandeira de defesa da liberdade de iniciativa e do fortalecimento de um verdadeiro sistema capitalista são os trabalhadores da ala moderna e consciente do novo sindicalismo, os quais finalmente entenderam que o Estado fascista-corporativista está muito mais a serviço do fortalecimento do poder do que do fortalecimento da sociedade.

As recentes declarações do presidente eleito do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antônio Medeiros — e que provocaram um verdadeiro impacto nos meios parlamentares em Brasília, que compõem a Assembléia Nacional Constituinte —, representam a evolução do movimento sindical. Para nós, essas declarações não causaram surpresa, pois há muito tempo temos percebido uma modificação profunda na condução dos sindicatos brasileiros mais comprometidos com os interesses dos trabalhadores e menos comprometidos com preconceitos ideológicos emanados de partidos políticos que utilizaram o sindicato no passado, através de sua infiltração nos movimentos sindicais e que acabavam desviando a ação dos sindicatos para confrontações em nome da negociação salarial.

Essa mudança, que agora começa a ficar mais clara, mostra um sindicalismo moderno, que quer fortalecer o sistema capitalista porque sabe que o fortalecimento da estrutura sindical só se dá em regime de liberdade de negociação e de organização.

Os trabalhadores começam a perceber que estão sendo exauridos, enquanto sociedade, em seus recursos, para alimentar a atual es-

trutura do Estado, cuja origem está calcada no fascismo corporativista que inspirou o Estado Novo, foi mantido na Constituição de 46 e aperfeiçoado no regime fechado dos últimos anos.

O Estado arvorou-se no gestor dos benefícios sociais, limitando a ação dos sindicatos às negociações salariais. Para assegurar as restrições impostas aos sindicatos, utilizou sistematicamente a ameaça de intervenção.

Através de um excesso de regulamentação, o Estado assumiu o papel de tutor das relações entre capital e trabalho. E essas relações tornam-se mais tensas à medida que o sistema privado vê seus recursos sendo consumidos e as condições de atender às necessidades da classe trabalhadora reduzidas.

Os sindicatos realmente interessados em aumentar o poder de negociação foram aqueles que mantiveram suas posições coerentes com o moderno sindicalismo, procurando, através da negociação direta, aumentar os benefícios da classe trabalhadora, tratando os desiguais desigualmente de acordo com suas desigualdades.

Este contato com a realidade da Nação foi o principal motivo do amadurecimento dessas lideranças sindicais que se aperceberam do fosso existente entre a realidade da Nação e a realidade do Estado, vista pelo poder central.

Foi precisamente o sindicalismo moderno que conquistou para os trabalhadores condições muito superiores nas negociações com os patrões do que as conseguidas por aqueles que optaram pela radicalização e utilizaram os movimentos grevistas como forma de auto-afirmação política.

E a vitória nas urnas foi a vitó-

ria dos sindicatos de resultado contra os sindicatos de promoção. Pois a simples comparação entre eles aponta uma diferença qualitativa que não pode ser ignorada pelos trabalhadores que eles representam.

Por tudo isso, não estranhemos quando os vitoriosos declararam que o maior inimigo dos trabalhadores hoje é o Estado, e que a estabilidade no emprego proposta na Constituinte trabalha contra os interesses da classe trabalhadora. É indiscutível que, em períodos de crescimento do mercado, a estabilidade funciona como achatamento salarial, enquanto o que o Brasil realmente necessita é de estabilidade no sistema de emprego, garantida através de um seguro social que assegure a dignidade de vida dos trabalhadores mesmo no acidente do desemprego. Mas os recursos desse seguro deverão ser severamente fiscalizados por patrões e empregados, para evitar os desvios de suas finalidades, como tem acontecido com o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), com o PIS (Programa de Integração Social), com o Finsocial e com os próprios recursos da Previdência, que estão muito mais a serviço dos estamentos corporativos que compõem as máquinas estatais do que da massa trabalhadora, que clama por melhores benefícios mas entende que as empresas já chegaram ao seu limite.

Os trabalhadores mais conscientes com o moderno sindicalismo já avançaram suas conclusões. Espero que a elite empresarial aprenda com as novas lideranças do operariado brasileiro.

Guilherme Afif Domingos é deputado constituinte pelo PL.